

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROJETO DE LEI Nº 507, DE 2020

Modifica os artigos 1º e 2º, da Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, para ampliar a abrangência da Área de Livre Comércio de Brasília, com extensão para o Município de Epitaciolândia - ALCB, no Estado do Acre.

Autora: Deputada MARA ROCHA

Relator: Deputada ANTONIA LUCIA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 507, de 2020 pretende alterar a Lei nº 8.857/1994, que autoriza o Poder Executivo a criar áreas de livre comércio (ALC) de exportação e importação nos municípios de Brasileia e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, estendendo a sua área de abrangência, de modo a acrescentar-lhe os Municípios de Rio Branco e Senador Guimard.

A proposição tramita em regime ordinário e está sujeita ao exame conclusivo das Comissões. Deverá ser analisada por esta Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CINDRA), pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT, Mérito e art. 54, RICD) e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Nesta Comissão, foram-lhe apensados os Projetos de Lei:

- nº 2.261, de 2022, que estende a abrangência da mesma ALC aos Municípios de de Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Feijó e Tarauacá, também no Estado do Acre;



- nº 2.572, de 2022, que estende a abrangência da mesma ALC a todos os outros dezenove Municípios do Acre;
- nº 251, de 2023, que estende a abrangência da mesma ALC ao Município de Mâncio Lima, no Estado do Acre;

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Chega para análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 507, de 2020 pretende alterar a Lei nº 8.857/1994, que autoriza o Poder Executivo a criar áreas de livre comércio (ALC) de exportação e importação nos municípios de Brasileia e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, estendendo a sua área de abrangência, de modo a acrescentar-lhe os Municípios de Rio Branco e Senador Guimard.

O Estado do Acre é o vigésimo primeiro Estado no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) de 2015.

A autora argumenta que os dois Municípios que são objeto da proposta têm recebido manifestações de interesse de investidores internacionais que poderiam catalisar o seu desenvolvimento, mas, para viabilizá-los, precisam compensar sérias desvantagens comparativas da região, como os altos custos logísticos e a proximidade com a fronteira boliviana.

Com efeito, as áreas de livre comércio apresentam diversos instrumentos aptos a atender a esse propósito. Criadas para promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental, com o intuito de integrá-las ao restante do país, as ALC oferecem benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus no



aspecto comercial, como incentivos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Um dos objetivos principais das ALCs é precisamente a melhoria na fiscalização de entrada e saída de mercadorias na faixa de Fronteira, característica justamente ressaltada pela autora.

De modo análogo, os Projetos de Lei apensados estendem a área de abrangência da mesma ALC a outros Municípios do Acre. Considerando-se a realidade já mencionada, de índices de desenvolvimento humano preocupantes em todo o Estado do Acre, julgamos apropriado adotar, no Substitutivo anexo, a redação do Projeto de Lei nº 2.572, de 2022 – aliás da mesma autora da proposição original – que abrange todos os Municípios do Acre.

Destarte, cabendo a esta Comissão, regimentalmente, o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica (RICD, art. 32, II, a, 1), não podemos deixar de votar entusiasticamente pela **aprovação** dos Projetos de Lei nº 507, de 2020, nº 2.261, de 2020, nº 2.572, de 2022 e nº 251, de 2023, **na forma do Substitutivo anexo**.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado ANTONIA LUCIA
Relatora

2023-8570



**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 507, DE 2020
APENSADOS: PL Nº 2.261, DE 2020; PL Nº 2.572, DE 2022 E
Nº 251, DE 2023**

Modifica os artigos 1º e 2º, da Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, para ampliar a abrangência da Área de Livre Comércio de Brasília, com extensão para o Município de Epitaciolândia - ALCB, no Estado do Acre, para todo o Estado do Acre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º, da Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º “Fica o Poder Executivo autorizado a criar, em todos os 22 Municípios do Estado do Acre, Áreas de Livre Comércio de exportação e importação, sob regime fiscal especial, estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento das respectivas regiões.” (NR)

Art. 2º O parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º “.....

Parágrafo único. Consideram-se integrantes da Áreas de Livre Comércio de Brasília com extensão para os Município de Epitaciolândia, Rio Branco e Senador Guimard – ALCB e de Cruzeiro do Sul - ALCCS todos os demais 19 (dezenove) Municípios do Estado do Acre, em todas as suas superfícies territoriais, observadas as disposições dos tratados e convenções internacionais.” (NR)



Art. 3º Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do ano subsequente ao da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada ANTONIA LUCIA
Relatora

2023-8570

